

Sumário

Apresentação	xvii
Capítulo 1 – Considerações Iniciais	1
1. Direito Objetivo e Direito Subjetivo.....	1
2. Direito Natural e Direito Positivo.....	1
3. A divisão do Direito e a Constitucionalização do Direito Civil.....	2
4. As Fontes do Direito.....	4
4.1. Fontes Formais, Diretas ou Imediatas.....	4
4.1.1. Fonte Primária: a lei.....	4
4.1.2. Fontes Secundárias.....	4
4.2. Fontes não Formais, Indiretas ou Mediatas.....	4
5. A sistemática do novo Código Civil e suas diretrizes básicas: eticidade, sociabilidade e operabilidade.....	5
Capítulo 2 – Lei de Introdução ao Código Civil	7
1. Natureza Jurídica da LICC.....	7
2. Classificação das Leis.....	8
2.1. Quanto à obrigatoriedade.....	8
2.2. Quanto à sua natureza.....	8
2.3. Quanto ao autorizamento (ou intensidade da sanção).....	8
3. Vigência das Leis.....	8
4. Vacância da Lei ou <i>Vacatio legis</i>	9
4.1. Contagem da <i>Vacatio Legis</i>	9
5. Lei com incorreções ou erros materiais.....	10
6. Princípios informadores da eficácia das leis.....	10
6.1. Princípio da Obrigatoriedade das Leis.....	10
6.2. Princípio do <i>Iura Novit Curia</i>	11
6.3. Princípio da Continuidade das Leis.....	11
7. Revogação da Lei.....	11
7.1. Espécies de Revogação.....	11
8. Repristinação.....	12
9. Integração do Ordenamento Jurídico.....	12
9.1. Analogia.....	13
9.2. Costumes.....	14
9.2.1. Espécies de costumes.....	14
9.3. Princípios Gerais de Direito.....	15
9.4. Equidade.....	15
10. Interpretação das Leis.....	16
10.1. Quanto à origem.....	16
10.2. Quanto aos métodos.....	16

10.3. Quanto ao resultado.....	17
11. Conflito de leis no tempo.....	17
12. Questões selecionadas	19
Capítulo 3 – Das Pessoas Naturais	21
1. A Personalidade Jurídica.....	21
2. O início da personalidade.....	21
2.1. Teoria Natalista	21
2.2. Teoria da Personalidade Condicional.....	23
2.3. Teoria Concepcionista.....	23
3. O Embrião	23
4. O fim da personalidade	25
4.1. Morte real.....	25
4.2. Morte civil ou fictícia	25
4.3. Morte presumida.....	25
4.3.1. Morte presumida sem decretação de ausência	26
4.3.2. Morte presumida com decretação de ausência	26
5. Ausência.....	26
5.1. Quando ocorre a ausência.....	26
5.2. O porquê do instituto da ausência.....	26
5.3. Fases do procedimento de ausência	27
5.4. Reaparecimento do ausente.....	28
6. Comoriência	29
7. Atributos da Personalidade.....	30
7.1. Nome Civil.....	30
7.2. Hipóteses de alteração do nome civil.....	31
7.2.1. Imotivada.....	31
7.2.2. Motivada	32
7.2.2.1. Obrigatória.....	32
7.2.2.2. Facultativa.....	32
8. Estado Civil.....	33
9. Capacidade	33
9.1. Capacidade de Direito/Aquisição/Gozo	34
9.2. Capacidade de Fato/Exercício/Ação.....	34
9.2.1. Teoria das Incapacidades	35
9.2.2. Algumas premissas para o estudo das incapacidades.....	35
9.2.3. Graus de Incapacidade	35
9.2.3.1. Grau total de incapacidade	35
9.2.3.2. Grau parcial de incapacidade.....	36
9.2.4. Exceções à necessidade de assistência ao maior de 16 e menor de 18 anos.....	37
9.2.5. Os idosos, índios, surdos-mudos e ausentes.....	38
9.2.6. A Interdição.....	39
9.2.6.1. Natureza jurídica da sentença de interdição.....	39
9.2.6.2. Atos praticados pelo incapaz antes de sua interdição.....	40

9.2.7. Formas de Obtenção de Capacidade	40
9.2.7.1 Espécies de Emancipação	41
9.2.7.2. Prova de emancipação.....	42
10. Registros e Averbações	42
11. Dos Direitos da Personalidade	43
11.1. Abrangência dos Direitos da Personalidade	44
11.2. Características dos Direitos da Personalidade	44
11.3. A Cláusula Geral de Tutela à Personalidade Humana	45
11.4. A Relativização dos Direitos da Personalidade	46
11.5. A proteção do novo Código Civil a alguns direitos da personalidade ..	47
11.6. A proteção à pessoa jurídica	49
12. Domicílio da Pessoa Natural	51
12.1. Espécies de domicílio	52
13. Questões selecionadas	52
Capítulo 4 – Das Pessoas Jurídicas.....	63
1. Requisitos caracterizadores da pessoa jurídica	63
2. Natureza jurídica da pessoa jurídica	64
3. Classificação das Pessoas Jurídicas	64
3.1. Quanto à nacionalidade.....	64
3.1.1. Nacional	64
3.1.2. Estrangeira	65
3.2. Quanto à função	65
3.2.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público	65
3.2.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado (art. 44, CC).....	65
3.3. Quanto à estrutura.....	65
3.3.1. Corporações (universitas personarum)	65
3.3.2. Fundações (universitas bonorum)	66
4. Pessoas Jurídicas de Direito Privado	66
4.1. Sociedades	66
4.2. Associações (arts. 53/61, CC)	66
4.3. Fundações (arts. 62/69, CC).....	67
4.3.1. Fases para constituição de uma fundação.....	68
4.3.2. Alteração do estatuto da fundação	69
4.3.3. Extinção da Fundação.....	69
4.4. Organizações Religiosas.....	69
4.5. Partidos Políticos	70
5. Quadros comparativos: associações, sociedades e fundações	70
6. Início da personalidade da pessoa jurídica.....	71
7. Entes despersonalizados.....	72
8. Desconsideração da Personalidade Jurídica (“ <i>Disregard doctrine</i> ”)	73
8.1. Generalidades.....	73
8.2. Teorias acerca da desconsideração da personalidade jurídica.....	75
8.2.1. Teoria maior	75
8.2.2. Teoria menor.....	75

8.3. A desconsideração inversa da personalidade jurídica	75
8.4. Tópicos sinóticos para fixação do tema	76
9. Domicílio da pessoa jurídica	76
10. Extinção da pessoa jurídica	77
11. Questões selecionadas	77
Capítulo 5 – Dos Bens	83
1. Algumas distinções necessárias	83
a) A coisa comum	83
b) A coisa não assenhorada ou res nullius	83
c) A coisa abandonada ou res derelicta	83
d) A coisa perdida	84
2. Classificação dos bens	84
2.1. Dos bens considerados em si mesmos	84
2.1.1. Bens Corpóreos ou Incorpóreos	84
2.1.2. Bens Imóveis ou Móveis	85
2.1.3. Bens Fungíveis e Infungíveis	87
2.1.4. Bens Consumíveis e Inconsumíveis	88
2.1.5. Bens Divisíveis e Indivisíveis	88
2.1.6. Bens Singulares e Coletivos	89
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	89
2.2.1. Os frutos	90
2.2.2. Os produtos	90
2.2.3. As pertenças	90
2.2.4. As benfeitorias	91
2.3. Dos bens quanto à titularidade de domínio	92
3. Tópicos para melhor fixação do tema	93
4. Algumas observações sobre o bem de família	94
4.1. O Bem de Família Convencional	94
a) Regramento Legal	94
b) Natureza jurídica	95
c) Formação	95
d) Eficácia	95
e) Objeto	95
f) Limite	95
g) Consequências ou Efeitos	96
h) Duração temporal	96
4.2. O Bem de Família Legal (Lei nº 8.009/90)	97
a) Regramento Legal	97
b) Natureza jurídica	97
c) Formação e eficácia	97
d) Objeto e limite	98
e) Consequência ou Efeito	98
f) Bens excluídos da impenhorabilidade	98
g) As famosas exceções da Lei nº 8.009/90	99

5. Quadro comparativo: bem de família convencional e bem de família legal	100
6. Questões selecionadas	101
Capítulo 6 – Dos Fatos Jurídicos	107
1. Classificação dos Fatos Jurídicos	107
2. Dos Atos Jurídicos em sentido estrito ou Atos Jurídicos não-negociais	108
3. Dos Negócios Jurídicos	108
3.1. Classificação dos Negócios Jurídicos	109
3.1.1. Quanto à manifestação de vontade das partes	109
3.1.2. Quanto às vantagens oferecidas pelo negócio	109
3.1.3. Quanto aos efeitos	109
3.1.4. Quanto à existência do negócio	109
3.1.5. Quanto à forma do negócio	110
3.1.6. Quanto às características pessoais das partes	110
3.1.7. Quanto ao momento do aperfeiçoamento	110
4. Os três planos do Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia	110
4.1. O Plano da Existência	110
4.2. O Plano da Validade	111
4.3. O Plano da Eficácia	111
5. Os Elementos do Negócio Jurídico	112
5.1. Os Elementos Essenciais de Validade do Negócio Jurídico	112
5.1.1. Agente capaz	112
5.1.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	112
5.1.3. Forma prescrita ou não defesa em lei	113
5.2. Elementos Acidentais do Negócio Jurídico ou Modalidades do Negócio Jurídico: Condição, Termo e Encargo	113
5.2.1. Condição (arts. 121 a 130, CC)	114
5.2.1.1. Características da Condição	114
5.2.1.2. Espécies de Condição	115
5.2.1.3. Condições que invalidam o negócio jurídico	117
5.2.1.4. Condições tidas por inexistentes	118
5.2.1.5. Prerrogativas do titular do direito eventual (art. 130, CC)	118
5.2.2. Termo (arts. 131/135, CC)	118
5.2.2.1. Características do termo	118
5.2.2.2. Espécies de Termo	119
5.2.2.3. Prazo	119
5.2.3. Encargo ou Modo (arts. 136 e 137, CC)	120
6. Interpretação dos Negócios Jurídicos	121
7. Da Representação	122
7.1. Conflito de interesses	123
7.2. Contrato consigo mesmo ou autocontrato	124
8. Questões selecionadas	125

Capítulo 7 – Dos Defeitos do Negócio Jurídico.....	127
1. Generalidades.....	127
1.1. Vícios do Consentimento ou da Vontade	127
1.2. Vícios Sociais	127
2. Erro ou ignorância.....	127
2.1. Conceito.....	127
2.2. O Erro Substancial	128
2.3. O falso motivo expresso como razão determinante	129
2.4. O Erro Acidental.....	129
2.5. Escusabilidade ou princípio da confiança?.....	129
2.6. Meios interpostos	130
2.7. Princípio da Conservação do Negócio Jurídico	130
3. Dolo	131
3.1. Dolo Principal e Dolo Acidental	131
3.2. Dolo Ativo (Dolo Positivo) e Dolo Passivo (Dolo Negativo)	132
3.3. Dolus bonus e dolus malus	132
3.4. Dolo direto e dolo de terceiro	132
3.5. Dolo recíproco ou torpeza bilateral	133
3.6. O dolo do representante	133
4. Coação	134
4.1. Coação Física e Coação Moral.....	134
4.2. A ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial	135
4.3. Apreciação da coação	135
4.4. Efeitos da coação	136
4.5. Coação de terceiro.....	136
5. Estado de Perigo	136
5.1. O dolo de aproveitamento	137
5.2. Efeitos do estado de perigo	137
6. Lesão.....	137
6.1. Lesão Usurária, Lesão Enorme e Lesão Especial. Distinções.....	137
6.2. Quadro comparativo: Lesão Usurária, Lesão Enorme e Lesão Especial	140
6.3. Quadro comparativo: Lesão e Estado de Perigo.....	140
7. Fraude Contra Credores.....	141
7.1. O Princípio da Responsabilidade Patrimonial.....	141
7.2. Conceito de Fraude contra Credores.....	141
7.3. Manifestações da fraude contra credores	141
7.4. O art. 164 do Código Civil e a Teoria do Patrimônio Mínimo	142
7.5. Requisitos para a configuração da fraude contra credores.....	142
7.6. A Ação Pauliana ou Revocatória	143
7.7. Especificidades da ação pauliana ou revocatória	143
7.7.1. Quem possui legitimidade ativa?	143
7.7.2. Quem possui legitimidade passiva?.....	144
7.7.3. Efeitos da ação pauliana.....	144
7.8. Distinção entre fraude contra credores e fraude à execução	145

7.9. Quadro comparativo: fraude contra credores e fraude à execução ...	146
8. Questões selecionadas	147
Capítulo 8 – Da Simulação	153
1. A Simulação e o seu novo regime no Código Civil de 2002	153
2. Hipóteses de simulação.....	154
3. Espécies de simulação	155
3.1. Simulação Absoluta	155
3.2. Simulação Relativa	155
4. Simulação Inocente e Simulação Maliciosa.....	155
5. O Terceiro de boa-fé	156
6. A Reserva Mental.....	156
7. Questões selecionadas	157
Capítulo 9 – Da Invalidade dos Negócios Jurídicos.....	159
1. Nulidade (Nulidade Absoluta).....	160
1.1. Hipóteses de Nulidade Absoluta	160
1.2. Peculiaridades do regime das nulidades.....	163
2. Anulabilidade (Nulidade Relativa).....	165
2.1. Hipóteses de nulidade relativa.....	165
2.2. Peculiaridades do regime das anulabilidades	165
3. Algumas observações necessárias	168
3.1. Exceção à regra de proteção ao menor: o <i>tu quoque</i>	168
3.2. Impossibilidade de se reclamar a devolução da importância paga a um incapaz.....	169
3.3. Princípio da incomunicabilidade das nulidades.....	169
3.4. A invalidade do instrumento	170
4. Quadro comparativo: Nulidade e Anulabilidade	171
5. Questões selecionadas	171
Capítulo 10 – Dos Atos Ilícitos	175
1. Espécies de atos ilícitos: subjetivo (art. 186, CC) e objetivo (art. 187, CC).	175
2. Excludentes de Ilícitude	178
Capítulo 11 – Prescrição e Decadência.....	179
1. Etapas para compreensão da prescrição e da decadência	179
2. Prescrição	183
2.1. Prescrição Extintiva e Prescrição Aquisitiva.....	183
2.2. Natureza jurídica da prescrição extintiva	184
2.3. A prescrição da exceção (art. 190, CC).....	184
2.4. Renúncia à Prescrição.....	184
2.5. Impossibilidade de alteração dos prazos prescricionais pela vontade das partes	186
2.6. Suprimento de ofício pelo Juiz.....	186
2.7. Momento de alegação da prescrição	186
2.8. Continuação da Prescrição.....	187

2.9. Responsabilização do representante da pessoa jurídica e do assistente do relativamente incapaz	187
2.10. Causas Impeditivas ou Suspensivas da Prescrição	188
2.11. Causas Interruptivas da Prescrição	191
2.12. O alcance da interrupção da prescrição	193
2.13. Os prazos de prescrição	193
2.14. Os Prazos de Prescrição e o Direito Intertemporal	195
3. Decadência ou Caducidade	196
3.1. Renúncia à Decadência	196
3.2. Momento de alegação	196
3.3. Suprimento de Ofício	197
3.4. Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas	197
3.5. Prazos Decadenciais	197
4. Quadro comparativo: Prescrição e Decadência	198
5. Quadro comparativo: Decadência Legal e Decadência Convencional	199
6. Questões selecionadas	199
Referências Bibliográficas	201